

MOVIMENTOS DE CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL

Lurdes Regina Borges Lima¹;
Geovana Mendonça Lunardi Mendes²;

Modalidade: Pesquisa

Eixo temático:

03

Políticas e Gestão da Escola de Educação Integral em tempo integral

A política de Educação Integral brasileira passa a ser discutida amplamente mais uma vez a partir do lançamento do Programa Escola em Tempo Integral pelo Governo Federal instituído pela Lei n. 14.640, de 31 de julho de 2023 e da Portaria MEC n. 1.495, de 2 de agosto de 2023, que regulamenta e visa fomentar a criação de matrículas em tempo integral em todas as etapas e modalidades da educação básica, na perspectiva da Educação Integral. A construção de um projeto nacional de Educação Integral não aparece pela primeira vez na história da educação brasileira, segundo Moll (2012, p. 28 e 2024b, min. 24), estamos vivendo o quarto movimento político de construção da educação integral em tempo integral no Brasil. O primeiro movimento foi impulsionado pela inquietação de Anísio Teixeira que, a partir da década de 1930, com o Manifesto dos Pioneiros de 1932 como marco temporal inicial - pensa a educação integral como uma resposta às profundas desigualdades sociais brasileiras e projeta as Escolas Parque. O segundo movimento ocorre a partir dos anos 1980, quando Darcy Ribeiro propõe a criação dos Centros Integrados de Educação Pública - CIEPs, implantados no Rio de Janeiro e outras cidades posteriormente. O terceiro movimento político, acontece com a criação do Programa Mais Educação no segundo governo de Luis Inácio Lula da Silva, como transitoriedade e ação indutora para que cada rede de ensino/escola pudesse desenvolver suas próprias propostas de Educação Integral em articulação com seus territórios (LIMA, 2013). Embora a história nos remeta a constantes esforços na construção da política de Educação Integral, as rupturas democráticas brasileiras que resultaram em profundas mudanças nos programas de educação também fizeram com que as políticas educacionais de Educação Integral sofressem descontinuidades e, em 2023, o governo federal brasileiro lança o que pretende ser o quarto movimento político de construção da Educação Integral: o Programa Escola em Tempo Integral. Nesta pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, buscamos identificar como se constitui o quarto movimento político, as bases permanentes e as novas perspectivas empregadas no Programa Escola em Tempo Integral em relação aos movimentos das políticas de Educação Integral brasileiras anteriores, considerando como categoria central o conceito de Educação Integral e utilizando a tipologia de análise das Políticas de Educação Integral em Tempo Integral desenvolvida por Parente (2016 e 2020).

Palavras-chave: Educação Integral - Educação Integral em tempo integral –

1 Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, regina.lima@prof.pmf.sc.gov.br

2 Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, geovana.mendes@udesc.br

Políticas educacionais - Políticas públicas

Referências:

LIMA, Lurdes Regina Borges. **Educação Integral na EBIAS**: o Programa Mais Educação como transitoriedade e ação indutora. Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Educação Integral. Programa de Pós-Graduação em Educação. Florianópolis: UFSC, 2013.

MOLL, Jaqueline. (org.) **Caminhos da educação integral no Brasil**. Direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.

MOLL, Jaqueline. **Lançamento da Formação Continuada para Secretários e Equipes Técnicas**. In: WEBINÁRIO SOBRE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA SECRETÁRIOS E EQUIPES TÉCNICAS, 2024. Brasília: Ministério da Educação, 2024b. 1 vídeo (1 hora 13 minutos). [Webinar]. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Gp5Wz221cro>. Acesso em: 13 abril 2024.

PARENTE, Claudia Mota Darós. **Construindo uma tipologia das políticas de educação integral em tempo integral**. Revista Roteiro 41 (3), 563-586, 2016.

PARENTE, Claudia Mota Darós. **Atividades extracurriculares e políticas de ampliação da jornada escolar**: comparação entre Brasil e Espanha. Revista Práxis Educacional 16 (41), 567-590, 2020.